

**14ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI/RS)**

Dia: 19 de julho de 2016 (terça-feira)

Horário: 14h30

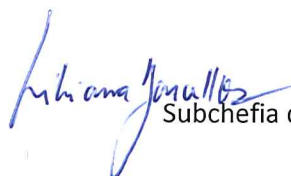
Local: Auditório PIDAP – Auditório Ricardo Seibel de Freitas Lima, Prédio DAER, 16º andar

Participantes: Sra. Maria Betânia Braun e Sra. Líliliana da Silva Barcellos, que compõem a Secretaria Executiva da Comissão (ambas representantes da Secretaria da Casa Civil), Sr. Paulo Cesar Velloso Quaglia Filho, representante da Procuradoria-Geral do Estado e Presidente da Comissão; Sr. Daniel Amorim do Amaral Vieira, representante da Secretaria da Educação; Sr. Josias Pereira Nunes, igualmente representando da Secretaria da Educação; Sr. Juan Marcelo Schenkel Rivera, representante da Secretaria da Fazenda; Sr. Roberto Baptista Vieira, representante da Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional; Sra. Luana Gonçalves Gehres, representante da Secretaria da Saúde; Sr. Guilherme Machado do Amaral, representante da Secretaria de Justiça e dos Direitos Humanos; Sra. Nôva Marques Brando, representante da Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos, pelo Arquivo Público e Sr. André dos Santos Overbeck, representante da Secretaria da Segurança Pública.

A reunião foi iniciada pela Secretaria Executiva da Comissão, com as boas-vindas à Presidência e demais membros presentes. Foi realizada uma breve exposição da pauta do dia para organização dos trabalhos. Primeiramente, foi referido que a SEDUC, até a presente data, não respondeu ao OF. CMRI/006/2016, datado e protocolado em 10 de junho de 2016, onde foram solicitadas providências, até o dia 20/06/2016, a respeito da Decisão nº 002/2016 desta Comissão (que deu provimento, por unanimidade, ao recurso relativo ao pedido de informação nº 13.630). Ademais, em razão de Ofício do Secretário da SEDUC, protocolado em 13/07/2016 na Subchefia de Ética, Controle Público e Transparência, que requisitou a substituição de um dos Gestores Locais da LAI na SEDUC (servidora Camila Paim foi substituída pelo servidor Solimar Amaro), foi necessário reagendar a reunião recomendada por essa Comissão do dia 14/07/2016 para o dia 20/07/2016, às 14h. Nesta reunião será tratada, pela Secretaria Executiva, a questão da resposta da SEDUC em relação à Decisão nº 002/2016, bem como a temática recomendada na ata da 13ª reunião ordinária. A respeito da questão atinente ao Ranking Nacional da Transparência (disponibilizado pelo MPF), a Subchefia de Ética, Controle Público e Transparência expediu ofícios para os órgãos da Administração Direta e Indireta do Executivo Estadual solicitando a indicação de servidores para gestionar a questão da transparência ativa, bem como enviou, juntamente com este documento, um formulário com questionamentos a respeito desta temática (objetivando, com isso, auxiliar um futuro diagnóstico dos sites do Governo). Também foi agendada pela mencionada Subchefia uma reunião com o MPF para tratar de questões relativas à avaliação da transparência, tendo sido a mesma aprazada para o próximo mês de agosto. Ademais, foram realizadas reuniões com a SEFAZ e SECOM visando iniciar o diálogo quanto a algumas readequações relativas à

transparência ativa nos sites [www.transparencia.rs.gov.br](http://www.transparencia.rs.gov.br) e [www.rs.gov.br](http://www.rs.gov.br), respectivamente. Na sequência foi lembrado aos membros que os 05 (cinco) recursos distribuídos para relatoria na última reunião ordinária (13ª) deverão ser julgados pelo Colegiado na próxima reunião ordinária (15ª). Outrossim, foi informada a existência de um novo recurso, o qual foi distribuído para a relatoria da Secretaria da Saúde (seguindo a ordem do art. 2º, do Decreto nº 51.111/2014, com alterações introduzidas pelo Decreto nº 52.858/2016), qual seja o relativo à Demanda LAI nº 14.269. Ficou a relatora Luana cientificada de que o recurso deverá ser julgado juntamente com os demais na próxima reunião ordinária. Foi informada a realização da alteração do membro suplente da SMARH, pelo Arquivo Público, passando a integrar a CMRI/RS a servidora Nôva Marques Brando (publicada no DOE nº 123, de 30/06/2016). Quanto à discussão relativa à minuta de Decreto de classificação das informações em grau de sigilo, proposta pelo Presidente, ficou apenas uma questão pendente: fazer a interlocução com a PROCERGS para implementação no sistema SIC-LAI do procedimento para o encaminhamento de pedido de desclassificação ou de reavaliação da classificação (Secretaria Executiva convidará um representante da PROCERGS para comparecimento na próxima Reunião Ordinária). De outra parte, a minuta foi inteiramente discutida e aprovada pelos membros, devendo a mesma ser encaminhada pela Secretaria Executiva à Subchefia Jurídica da Secretaria da Casa Civil para análise e trâmites seguintes. Também restou determinada a elaboração de um tutorial a respeito do Decreto, a fim de esclarecer as questões gerais do mesmo e, em especial, o preenchimento do Termo de Classificação de Informação - TCI. Restou determinada, ainda, a expedição de ofícios aos órgãos da Administração do Executivo Estadual após a publicação do Decreto, a fim de cientificar o seu conteúdo. Por fim, ficou apazada a próxima reunião para o mês de setembro do corrente ano, cujo local e horário serão cientificados antecipadamente aos membros, através de e-mail, pela Secretaria Executiva da CMRI/RS.


De acordo:

 Mariana Junqueira  
Subchefia de Ética, Controle Público e Transparência,  
Secretaria da Casa Civil/RS.

  
Procurador-Geral do Estado.

  
Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional.

  
Secretaria da Segurança Pública.

  
Secretaria da Fazenda.

  
Secretaria de Modernização Administrativa e Recursos Humanos.

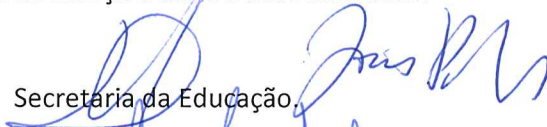


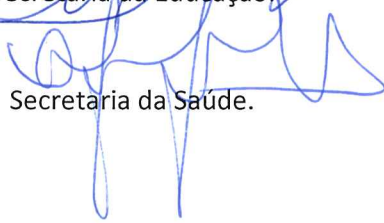






  
Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos.

  
Secretaria da Educação.

  
Secretaria da Saúde.

